

*INTERVENÇÃO PROFERIDA EM PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO ÂMBITO DO DEBATE DO ORÇAMENTO E DO PLANO ANUAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO ECONÓMICO DE 2012*

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Plano Anual Regional para o ano de 2012 representa a fase final de implementação da estratégia desenhada no Programa do Governo aprovado nesta Câmara em 2008 e nas Orientações de Médio Prazo que têm norteado a ação governativa nesta legislatura.

Na área do ambiente, o Governo resolveu, e bem, canalizar parte significativa do seu esforço de investimento para a construção de centros de processamento de resíduos, centros de valorização orgânica por compostagem, estações de transferência, selagem de lixeiras e remoção de passivos ambientais.

É, assim, criado um sistema que, complementado com outros investimentos camarários, dota a Região das infraestruturas necessárias a uma correta gestão dos resíduos e permite o cumprimento das metas para reciclagem, reutilização e valorização de resíduos e do princípio da hierarquia da sua gestão.

Esta é uma área de responsabilidades partilhadas, cabendo às autarquias locais um importante papel, nomeadamente na implementação de sistemas de recolha que potenciem os investimentos realizados pelo governo.

Cabe, aqui, uma referência especial ao concurso Eco-freguesia, que permitiu já a recolha de cerca de 100 toneladas de resíduos. Atualmente, 82 freguesias dos

Açores ostentam este galardão, o que é demonstrativo do empenho que colocaram nesta ação.

Na área dos recursos hídricos, o Plano 2012 prosseguirá a implementação do Plano Regional da Água.

Nesta matéria, destacamos a intervenção ao nível da proteção das origens da água, da conservação e valorização da rede hidrográfica e das infraestruturas hidráulicas e a instalação das estações hidrometeorológicas automáticas que, a par de inúmeras outras medidas de ordenamento e gestão do domínio hídrico, consubstanciam um assinalável esforço do Governo na preservação da água, recurso escasso e indispensável à vida.

A relevância e indispensabilidade dos serviços prestados pela biodiversidade de um território obrigam a encarar com seriedade o seu declínio.

Entre as medidas adotadas para a conservação da natureza está a estruturação da rede dos parques naturais de ilha, concluída no corrente ano, que constitui um instrumento essencial de gestão das áreas protegidas, orientada para uma utilização sustentável dos recursos naturais e uma importante ferramenta para o turismo sustentável.

Paralelamente, com a estruturação do Parque Marinho dos Açores, a todos os títulos notável, a Região assumiu-se como protagonista nos esforços de conservação da diversidade e produtividade biológica, o que lhe conferiu uma ainda maior notoriedade internacional, consonante com o empenho que os seus órgãos de governo próprio e a sua comunidade científica têm colocado em matéria ambiental e, muito particularmente, nas questões associadas à proteção e gestão do mar.

A planificação, a regulamentação, a criação de instrumentos de gestão e a previsão de penalidades para os incumprimentos são respostas necessárias à execução prática dos princípios enunciados no direito internacional e comunitário e indispensáveis a uma abordagem eficaz dos desafios ambientais da atualidade.

Com os governos socialistas, os Açores conseguiram conciliar a conservação dos seus recursos com o desenvolvimento sustentável, não se limitando ao enunciado de princípios e de intenções.

As oportunidades económicas surgidas, por exemplo, com o desenvolvimento da política regional de resíduos, que levaram ao aparecimento de novos atores e que permitiram a diversificação a muitos agentes económicos, são exemplo de como políticas ambientais corretamente gizadas e implementadas se constituem como oportunidade e de como isto é uma realidade nos Açores.

Dizer-se que nos Açores falar de ambiente “é falar de planos, regulamentos, regras, proibições e coimas”, como fez a líder do PSD, é irresponsável e revela a sua apetência para a governação sem regras e o desconhecimento dos instrumentos de qualquer política ambiental que se pretenda responsável e eficaz.

Ou talvez revele o desejo de que tudo nos Açores fosse como na autarquia de Ponta Delgada onde, por falta de planeamento, a central de camionagem seria na Praça Vasco da Gama, depois no Campo de S. Francisco e depois na Rua de Lisboa, para acabar em lugar nenhum. Ou então como o centro de arte contemporânea que da Avenida do Mar passou para o Parque Urbano, o qual, por seu turno, era para ter umas piscinas mas ficou com um *driving range* e uma *club house* que não servem a ninguém.

O ordenamento do território é indispensável à coesão, à preservação e utilização sustentável de recursos e à qualidade ambiental. Por isso, esta é uma das áreas onde se destaca o investimento do Governo dos Açores.

A aprovação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, no passado dia 19 de Outubro, a criação, com o apoio do Governo, do Centro do Clima, Meteorologia e Mudanças Globais da Universidade dos Açores e a criação das redes de monitorização de fenómenos climáticos extremos, são apenas algumas das medidas implementadas face ao fenómeno das alterações climáticas e à especial vulnerabilidade do nosso território.

Em 2012 prosseguirão os planos de ordenamento das bacias hidrográficas de lagoas, com particular incidência nas Lagoas de Furnas e Sete Cidades onde, ao longo dos anos, tem sido desenvolvido um trabalho extraordinário de recuperação e ordenamento.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Quando, em Setembro, a líder do PSD visitou as Furnas, declarou “a prioridade é salvar a lagoa, tomando medidas de fundo, como a aquisição dos terrenos vizinhos e a sua florestação, de modo a protegê-los dos nitratos e de todas as substâncias que provocam esta aceleração na eutrofização da lagoa”.

Nessa data, a Região já tinha adquirido 265 hectares de terreno e tinham sido já eliminados estrumes e fertilizações em 220 hectares de pastagens.

Nessa data, tinham sido já entregues para reconversão do uso do solo e florestação 130 hectares de área agrícola privada e construídas 10 bacias de retenção nos leitos de ribeiras e criadas inúmeras pequenas bacias de retenção de água e dissipadoras de energia hídrica.

Nessa data, tinha sido já realizado o controlo de infestantes em 146 hectares de pastagens e estava feita a plantação de mais de 2000 metros de faixas tampão e de mais de 30 hectares em zonas declivadas em áreas públicas.

Mais uma vez o PSD chegou tarde e mal informado, demonstrando enorme desconhecimento e impreparação.

O mesmo se diga a propósito das energias renováveis, onde a Região tem feito um excelente percurso.

Quando a líder do PSD disse que “uma aposta clara em energias renováveis e limpas não reduzirá somente a emissão de CO2 para a atmosfera como fará igualmente com que a importação de combustíveis fósseis diminua” disse o que hoje qualquer criança do 2º ciclo aprende na escola.

E não tinha, certamente, tido a oportunidade de ler o Plano Estratégico para a Energia dos Açores. Só assim se compreende que apenas agora tenha descoberto a importância do investimento em energias renováveis.

Aquele Plano prevê elevar a taxa de penetração das energias renováveis para a produção de energia elétrica em cerca de 50% até ao ano de 2018. Permitam-me lembrar que o Programa do Governo, aprovado em 2008, reduziu aquele horizonte temporal para o ano de 2014, estando, para tanto, em curso e previstos vultosos investimentos a realizar pela Empresa de Eletricidade dos Açores.

De acordo com o Relatório Informação e Estatística, publicado pela EDA no passado mês de Outubro, a produção de energia elétrica de origem renovável, na área de influência da EDA, foi de 30,1%.

Com este valor ultrapassámos já a meta comunitária para 2020. Fica, assim, demonstrada a assertividade da política energética dos Governos do Partido Socialista nos Açores, que o Plano 2012 prosseguirá.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros do Governo

Na história dos Açores, as políticas ambientais do Partido Socialista representam um marco e permitiram-nos alcançar uma invejável reputação a nível nacional e internacional.

De facto, enquanto o PSD diz que o Governo Regional não assumiu a política ambiental como uma prioridade, o Governo dos Açores propôs, e a Unesco aceitou, a classificação das ilhas do Corvo, Graciosa e Flores como Reservas da Biosfera, quando já tinha conseguido, em 2004, a classificação da paisagem da vinha do Pico como Património da Humanidade.

Enquanto diz que os Açores precisam de uma nova abordagem ambiental, os Açores foram distinguidos com o grau de ouro do galardão *QualityCoast*, financiado pela União Europeia e o Parque Natural do Faial foi classificado como *European Destination of Excellence*.

Enquanto diz que “é imperioso garantir excelência na qualidade das águas marinhas”, a Quercus atribuiu a classificação Ouro a quatro dezenas de áreas balneares nos Açores, e a OSPAR aceitou a classificação de várias áreas marinhas protegidas agora integradas no Parque Marinho dos Açores.

São dezenas de prémios e distinções nacionais e internacionais, atribuídos por entidades externas idóneas, que asseguram a nossa qualidade ambiental e que, por essa via, desmentem o PSD/Açores e a sua líder.

O ambiente é, seguramente, um dos sectores da governação regional que mais reconhecimento externo tem tido nos últimos anos. Não acreditamos que, por um instante que seja, o PSD/Açores não sinta orgulho por estas distinções internacionais.

Quanto ao Partido Socialista, prosseguiremos, em 2012, a estratégia traçada em defesa dos nossos valores ambientais e da sustentabilidade da nossa Região, não com generalidades e frases ocas, mas com políticas que incorporam medidas e ações concretas e que fazem dos Açores uma Região de referência em matéria ambiental.

Horta, Sala das Sessões, 29 de Novembro de 2011